

SUPERAMPLIADA

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

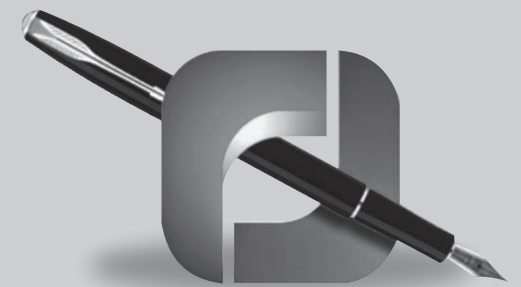
LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

TURNO: MANHÃ

NÍVEL SUPERIOR



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br



Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação
e Seleção e de Promoção de Eventos

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
 - Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
 - Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
-

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 14

1 No Brasil, pode-se considerar marco da história da
assistência jurídica, ou justiça gratuita, a própria colonização
do país, ainda no século XVI. O surgimento de lides
4 provenientes das inúmeras formas de relação jurídica então
existentes — e o chamamento da jurisdição para resolver
essas contendas — já dava início a situações em que
7 constantemente as partes se viam impossibilitadas de arcar
com os possíveis custos judiciais das demandas. A partir de
então, a chamada assistência judiciária praticamente evoluiu
10 junto com o direito pátrio. Sua importância atravessou os
séculos, e ela passou a ser garantida nas cartas
constitucionais.

13 No século XX, o texto constitucional de 1934, no
capítulo II, “Dos direitos e das garantias individuais”, em seu
art. 113, fez menção a essa proteção, ao prever que “A
16 União e os estados concederão aos necessitados assistência
judiciária, criando para esse efeito órgãos especiais e
assegurando a isenção de emolumentos, custas, taxas e
19 selos”. Por sua vez, a Constituição de 1946 previu, no
mesmo capítulo que a de 1934, em seu art. 141, § 35, que “O
poder público, na forma que a lei estabelecer, concederá
22 assistência judiciária aos necessitados”. A lei extravagante

veio em 1950, materializada na Lei n.º 1.060, que especifica normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. No art. 4.º dessa lei, havia menção ao “rendimento ou vencimento que percebe e os encargos próprios e os da família” e constava a exigência de atestado de pobreza, expedido pela autoridade policial ou pelo prefeito municipal. Foi o art. 1.º, § 2.º, da Lei n.º 5.478/1968 que criou a simples afirmação (da pobreza), ratificado pela Lei n.º 7.510/1986, que deu nova redação a dispositivos da Lei n.º 1.060/1950.

Em 1988, a Carta Cidadã ampliou o escopo da assistência judiciária ao empregar o termo assistência jurídica integral e gratuita, que é mais abrangente e que abarca o termo usado anteriormente, restrito apenas à assistência de demanda judicial já proposta ou a ser interposta. O termo atual também engloba atos jurídicos extrajudiciais, aconselhamento jurídico, patrocínio da causa, além de ações coletivas e mediação.

Hoje, portanto, alguém que se vê incapaz de arcar com os custos que uma lide judicial impõe, mas necessita da imediata prestação jurisdicional, pode, mediante simples afirmativa, postular as benesses dessa prerrogativa, garantida pela Constituição Federal vigente.

No que se refere às ideias e informações do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 O autor do texto visa convencer o leitor acerca da necessidade de que se tratem como iguais os desiguais, por meio da prestação jurisdicional gratuita.
 - 2 Sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto, o primeiro período poderia ser reescrito da seguinte forma:
A própria colonização do Brasil, ainda no século XVI, pode ser considerada marco da história da assistência jurídica, ou justiça gratuita, no país.
 - 3 Depreende-se do texto que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é proibido à pessoa possuidora de bens requerer o direito à assistência jurídica integral e gratuita.
 - 4 Conclui-se do texto que, ao prever a substituição do atestado de pobreza pela simples afirmativa da pessoa de que ela não pode arcar com os custos judiciais da demanda, a lei teria buscado uma forma de tornar mais acessível ao necessitado o exercício de seu direito.
 - 5 Infere-se do texto que a Lei n.º 1.060/1950 ainda está em vigência, embora tenha passado por algumas alterações.
-

Ainda a respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens subsecutivos.

- 6 O vocábulo “patrocínio” (ℓ.39) foi empregado no texto no sentido de apoio, geralmente financeiro, concedido, como estratégia de *marketing*, por uma organização a determinada atividade.
 - 7 Seria mantida a correção gramatical do período caso a forma verbal “dava” (ℓ.6) fosse flexionada no plural, escrevendo-se **davam**.
 - 8 Em “as partes se viam impossibilitadas de arcar com os possíveis custos judiciais das demandas” (ℓ. 7 e 8), a partícula “se” foi empregada no sentido de **umas às outras**.
 - 9 O vocábulo “que”, em “incapaz de arcar com os custos que uma lide judicial impõe” (ℓ. 41 e 42), funciona como pronome relativo e retoma o termo antecedente.
 - 10 Na linha 10, o pronome “Sua” delimita o significado do substantivo “importância”, funcionando, na oração em que ocorre, como um termo acessório.
 - 11 Sem prejuízo para a correção gramatical do período e para o sentido original do texto, o vocábulo “existentes” (ℓ.5) poderia ser flexionado no singular, caso em que passaria a concordar com o antecedente “relação jurídica”.
 - 12 Os elementos “já” (ℓ.6), “atual” (ℓ.38) e “Hoje” (ℓ.41) desempenham a mesma função sintática nas orações em que ocorrem.
 - 13 A supressão da vírgula empregada logo após “prerrogativa” (ℓ.44) manteria a coerência do texto, embora alterasse o seu sentido.
 - 14 A substituição de “ratificado” (ℓ.30) por **confirmada** manteria a coerência do texto, embora seu sentido fosse alterado.
-

1 No início da colonização portuguesa no Brasil, a defesa
das pessoas pobres perante os tribunais era considerada
uma obra de caridade, com fortes traços religiosos.

4 Anteriormente à primeira Constituição pátria, a de 1824,
vigoraram as Ordenações Afonsinas, as Manuelinas e as
Filipinas. Destas, somente as Ordenações Filipinas,
7 sancionadas em 1595 e que construíram a base do direito
português até o século XIX, com vigência de 1603 até o
Código Civil brasileiro de 1916, trazem, em seu texto, algo
10 que remete ao entendimento de concessão de justiça
gratuita, prevendo que, se o agravante fosse tão pobre que
jurasse não ter bens móveis, nem bens de raiz, nem como
13 pagar o agravo e se rezasse, na audiência, uma vez, a
oração do Pai-Nosso pela alma do rei de Portugal, seria
considerado quitado o pagamento das custas de então.

16 Ainda com relação ao aspecto da gratuidade, em
particular, o colonizador português trouxe para o território
brasileiro a praxe forense de acordo com a qual os
19 advogados deveriam assistir, de maneira gratuita e
voluntária, *pro bono*, os pobres que a solicitassem. Essa

obrigação era admitida como um dever moral do ofício, diferenciando-se do voluntariado por ser exercida com caráter e competência profissionais, embora fosse uma atividade não remunerada.

Essas duas formas de gratuidade no acesso à justiça não se confundem. A advocacia *pro bono* é definida como a prestação gratuita de serviços jurídicos na promoção do acesso à justiça, ao passo que a assistência jurídica pública gratuita, atualmente prevista na Constituição Federal, no artigo 5.º, inciso LXXIV, e no artigo 134, é um dever intransferível do Estado e, na maior parte das vezes, é realizada na atuação das Defensorias Públicas da União e dos estados e por meio de convênios entre esses órgãos e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Enfim, a importância dessas duas formas de assistência jurídica gratuita reside no fato de que o maior beneficiário dessa prerrogativa é a pessoa com insuficiência de recursos que tenha de demandar em juízo.

Com referência às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os seguintes itens.

- 15** De acordo com o texto, o Estado confundia-se com a religião, o que fica evidente no fato de que foram as Ordenações Filipinas que compilaram, em textos legais, o benefício da justiça gratuita de cunho religioso.
- 16** Conclui-se do conteúdo do segundo parágrafo que as ações de jurar e de rezar em honra do rei funcionavam como um atestado de pobreza, ou seja, como forma de demonstrar a situação de insuficiência de recursos a fim de se obter a concessão da assistência judiciária gratuita.
- 17** Conclui-se do texto que a concessão da gratuidade no acesso à justiça originou-se de um dever legal do Estado de auxiliar os pobres na resolução de suas demandas.
- 18** As expressões “No início da colonização portuguesa no Brasil” (ℓ.1), “Anteriormente à primeira Constituição pátria” (ℓ.4), “Ainda com relação ao aspecto da gratuidade” (ℓ.16) e “Enfim” (ℓ.35) promovem o encadeamento e a sequencialização dos argumentos desenvolvidos no texto.
- 19** Presentes no texto, os vocábulos “caráter”, “intransferível” e “órgãos” são acentuados em decorrência da regra gramatical que classifica as palavras paroxítonas.
-

- 20** O vocábulo “sancionadas” (ℓ.7) é, no texto, sinônimo de **promulgadas**.
- 21** No trecho “Anteriormente à primeira Constituição pátria” (ℓ.4), o emprego do acento indicativo de crase é facultativo.
- 22** Sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto, o trecho “se o agravante (...) custas de então” (ℓ. 11 a 15) poderia ser reescrito da seguinte forma: caso o agravante for muito pobre a ponto de não ter bens móveis ou bens imóveis, e caso nem tenha como pagar as custas do processo, se rezar um Pai-Nosso na audiência em honra do rei de Portugal o pagamento das custas da época será considerado liquidado.

A respeito da Defensoria Pública (DP), julgue os itens a seguir, com base nas disposições gerais da Lei Complementar n.º 80/1994.

- 23** O defensor público, no exercício de suas funções institucionais, tem capacidade postulatória em decorrência exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo.
- 24** No caso de recusa de atuação pelo defensor público, o assistido pela DP tem direito à revisão de sua pretensão.
- 25** As funções institucionais da DP não podem ser exercidas em favor de pessoas jurídicas com fins lucrativos, pois esse tipo de entidade não se enquadra no conceito de necessitados.
-

Acerca da organização da Defensoria Pública da União (DPU), julgue os itens que se seguem.

- 26** O mandato do corregedor-geral da DPU é de dois anos, sendo garantia funcional a impossibilidade de destituição antes do seu término.
- 27** Os defensores públicos federais participam do Conselho Penitenciário, ainda que não tenha direito a voto nas decisões do conselho.
- 28** Os defensores públicos da União, mediante voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório, formam lista tríplice a ser levada ao presidente da República, após a aprovação do Senado Federal, para a escolha do defensor público-geral federal.

Acerca do exercício de atribuições na DPU, julgue os itens subsequentes.

- 29** O estágio na DPU é reservado a estudantes de direito matriculados nos quatro últimos semestres do curso, e o tempo do estágio conta como serviço público relevante e prática forense.
- 30** Aos defensores investidos na função antes do advento da Constituição Federal de 1988 foram assegurados o direito de opção pela carreira e o direito ao exercício da advocacia.
-

Acerca da gestão de pessoas, função da área de gestão de pessoas, políticas e sistemas de informações gerenciais, gestão de pessoas baseada em competências e aprendizagem organizacional, julgue os itens a seguir.

- 31** Em termos processuais, o elemento central entre seleção de pessoas, avaliação de desempenho e treinamento e desenvolvimento é a tomada de decisão em gestão de pessoas acerca de competências e demais requisitos necessários para que a organização obtenha excelência em termos de desempenho.
 - 32** Como agente de mudanças, a gestão de pessoas caracteriza-se por apoiar a gestão das competências, sistematizar a gestão do desempenho e do desenvolvimento de pessoas, alinhar a cultura da organização à cultura nacional e oferecer segurança contratual e normativa aos seus membros.
 - 33** Os processos, as políticas e as práticas de gestão de pessoas alicerçam as decisões de organizações contemporâneas no desenvolvimento da aprendizagem contínua das pessoas a fim de contribuir para o alcance da estratégia organizacional.
 - 34** O mapeamento de competências consiste na definição dos objetivos estratégicos e na identificação de competências individuais e organizacionais necessárias ao alcance da vantagem competitiva.
 - 35** As competências profissionais são reveladas quando a organização, diante das situações com as quais se defronta no contexto de mercado, serve de elo entre os atributos individuais e a estratégia da organização.
 - 36** A corrente integradora da competência procura articular as proposições das correntes norte-americana e francesa, destacando a competência como a combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes expressos pelo desempenho de contextos organizacionais.
-

A respeito de comportamento organizacional, julgue os itens que se seguem.

- 37** Ocorre conflito interpessoal na fase de agressão e destruição, com grande propensão a perdas para a equipe de trabalho, quando as pessoas se preocupam com sua reputação, provocam seus adversários e adotam estratégias ameaçadoras no trabalho.
- 38** De acordo com a teoria dos dois fatores, postulada por Herzberg, os fatores higiênicos estarão presentes na organização se as pessoas perceberem serem satisfatórias suas relações com os chefes imediatos e com os colegas de trabalho e serem adequadas as condições de trabalho.
- 39** As organizações modernas têm se utilizado de princípios de coliderança em que as funções de liderar são divididas pelos vários membros da equipe ou da organização para dar maior celeridade e responsabilidade ao processo decisório.
- 40** Um dos problemas comuns em equipes de trabalho heterogêneas refere-se à tendência de haver maior identificação das pessoas com suas equipes anteriores do que com a equipe a que atualmente pertencem.
-





Acerca das técnicas de organização de arquivos, julgue os itens que se seguem.

- 41 O acesso aos documentos no arquivo intermediário ainda é restrito aos acumuladores ou àqueles que receberam autorização do setor que os acumulou.
- 42 A classificação de documentos de arquivo é feita de acordo com o assunto ou tema do documento.
- 43 O fato de o documento ter sua frequência ou possibilidade de uso diminuída é indicativo de que ele deverá ser recolhido ao arquivo corrente.
- 44 O arquivo corrente deve ficar, preferencialmente, descentralizado fisicamente na instituição.

Com relação à gestão da informação e à gestão de documentos, julgue os itens a seguir.

- 45 Formulário é exemplo de tipo documental.
 - 46 A microfilmagem de documentos arquivísticos considerados permanentes sem a eliminação do original constitui procedimento correto.
 - 47 O gênero documental iconográfico reúne documentos eletrônicos e digitais.
 - 48 Os documentos eletrônicos devem ser avaliados de acordo com a tabela de temporalidade e classificados a partir do plano de classificação.
 - 49 O registro de documentos é uma atividade de responsabilidade do arquivo permanente.
 - 50 Os instrumentos de avaliação de documentos são a tabela de temporalidade e o plano de destinação.
-

Com relação às ferramentas e às funcionalidades do ambiente Windows, julgue os itens que se seguem.

- 51** No Microsoft Power Point, para se utilizar um dos temas de modelos de leiaute de eslaides, é necessário seguir a formatação adotada pelo estilo selecionado, não sendo possível, por exemplo, alterar o tipo de fonte e de cores, ou inserir outros efeitos.
- 52** Por meio da tecla , é possível acessar diretamente algumas funcionalidades do ambiente Windows. Essa opção no teclado permite ações rápidas quando associada simultaneamente a outras teclas, por exemplo, se associada à tecla , acessa-se o Windows Explorer; se à tecla , visualiza-se a Área de Trabalho.
- 53** A alça de preenchimento do Excel é utilizada para somar valores numéricos contidos em um conjunto de células selecionadas pelo usuário.
- 54** No Microsoft Word, o recurso Localizar e substituir permite encontrar palavras em um documento e substituir por outras; no entanto, por meio desse recurso não é possível substituir um termo por outro que esteja no formato negrito, itálico ou sublinhado, por exemplo.
- 55** No Outlook, o recurso  permite enviar e receber mensagens de várias contas do usuário configuradas no sistema, sendo possível também selecionar a opção de baixar apenas mensagens de determinada caixa de correio.
-

A respeito da Internet e suas ferramentas, julgue os itens a seguir.

- 56** *Malwares* são mecanismos utilizados para evitar que técnicas invasivas, como *phishing* e *spams*, sejam instaladas nas máquinas de usuários da Internet.
- 57** *Switchs* e roteadores são equipamentos utilizados para definir a origem e o destino de pacotes de dados que trafegam entre máquinas de usuários ou de servidores e podem ser utilizados para interligar várias redes de computadores entre si.
- 58** O TCP/IP, conjunto de protocolos criados no início do desenvolvimento da Internet, foi substituído por protocolos modernos, como o WiFi, que permitem a transmissão de dados por meio de redes sem fio.
- 59** O Internet Explorer é um navegador oferecido gratuitamente pela Microsoft junto ao sistema operacional Windows e que, por ser de código aberto, pode ser instalado em qualquer computador.
- 60** Integridade, confidencialidade e disponibilidade da informação, conceitos fundamentais de segurança da informação, são adotados na prática, nos ambientes tecnológicos, a partir de um conjunto de tecnologias como, por exemplo, criptografia, autenticação de usuários e equipamentos redundantes.
-

Um estudante de direito, com o objetivo de sistematizar o seu estudo, criou sua própria legenda, na qual identificava, por letras, algumas afirmações relevantes quanto à disciplina estudada e as vinculava por meio de sentenças (proposições). No seu vocabulário particular constava, por exemplo:

P: Cometeu o crime A.

Q: Cometeu o crime B.

R: Será punido, obrigatoriamente, com a pena de reclusão no regime fechado.

S: Poderá optar pelo pagamento de fiança.

Ao revisar seus escritos, o estudante, apesar de não recordar qual era o crime B, lembrou que ele era inafiançável.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

61 Caso as proposições R e S se refiram à mesma pessoa e a um único crime, então, independentemente das valorações de R e S como verdadeiras ou falsas, a proposição $R \wedge S \rightarrow Q$ será sempre falsa.

62 A proposição “Caso tenha cometido os crimes A e B, não será necessariamente encarcerado nem poderá pagar fiança” pode ser corretamente simbolizada na forma $(P \wedge Q) \rightarrow ((\sim R) \vee (\sim S))$.

63 A sentença $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow ((\sim Q) \rightarrow (\sim P))$ será sempre verdadeira, independentemente das valorações de P e Q como verdadeiras ou falsas.

64 A sentença $P \rightarrow S$ é verdadeira.

65 A sentença $Q \rightarrow R$ é falsa.

Quatro candidatos a uma vaga de emprego em uma agência de detetives deverão passar por um teste de raciocínio lógico, que consiste em entrar em uma sala e descobrir em qual das duas pastas sobre a mesa, uma vermelha e outra verde, estão seus respectivos contratos de trabalho — os quatro contratos estão em uma mesma pasta. Cada um deles poderá fazer uma única pergunta a um de seus dois possíveis futuros chefes: um responderá sempre com a verdade e o outro sempre mentirá. Os candidatos não sabem, todavia, qual dos dois chefes falará a verdade e qual mentirá.

O candidato 1 perguntou a um dos chefes em qual pasta estava o seu contrato; ouviu a resposta e saiu. O candidato 2 fez a mesma pergunta do primeiro candidato só que, casualmente, escolheu o outro chefe, ouviu a resposta e se retirou. O candidato 3 entrou na sala, pegou uma das pastas nas mãos e perguntou a um dos chefes:

— O seu amigo me diria que nesta pasta se encontra o meu contrato?

Ouviu a resposta e saiu. Entrou o último candidato e, com o dedo apontado para um dos chefes, perguntou ao outro:

— Em que pasta ele diria que está o meu contrato?

— “Na verde”, foi a resposta que ele obteve.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

66 Se os candidatos 1 e 2 seguirem fielmente as respostas que ouvirem, somente um deles terá a chance de ser contratado.

- 67** É correto inferir que o chefe que respondeu ao candidato 1 falava a verdade e que o outro mentia.
- 68** A partir das perguntas feitas pelos candidatos 1 e 2, é impossível que eles tenham certeza de onde estejam os seus contratos.
- 69** A partir das perguntas feitas pelos quatro candidatos e das respostas obtidas, é correto afirmar que os contratos estão na pasta vermelha.
- 70** Considere que a pasta que o candidato 3 tenha segurado quando entrou na sala seja aquela que continha os contratos. Nesse caso, a resposta do chefe a quem ele dirigiu a pergunta será “Sim”.

Espaço livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens que se seguem, acerca dos direitos e garantias fundamentais, da nacionalidade e dos direitos políticos.

- 71** O cancelamento da naturalização por meio de sentença judicial transitada em julgado acarreta a perda dos direitos políticos.
- 72** O direito fundamental à vida também se manifesta por meio da garantia de condições para uma existência digna.
- 73** Dada a garantia constitucional de acesso à justiça, é vedada a exigência de prévio ingresso pelas vias extrajudiciais como requisito para o acesso ao Poder Judiciário, não sendo extensível, tal vedação, às ações relativas às competições desportivas.
- 74** Para que direitos e garantias expressos em tratados internacionais ratificados pelo Brasil sejam formalmente reconhecidos no sistema jurídico brasileiro, é necessária a aprovação de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
-

Em relação aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e à Defensoria Pública (DP), julgue os itens a seguir.

- 75** A responsabilidade do chefe de governo e a temporariedade do seu mandato caracterizam, entre outros aspectos, a forma republicana de governo.
- 76** O defensor público-geral da União tem legitimidade constitucional para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade.
- 77** Do princípio institucional da unidade não decorre a vedação à existência de posições discordantes entre os membros da DP, haja vista a independência funcional a eles garantida.
- 78** De forma subsidiária à atividade de fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas da União, pode o Congresso Nacional exercer função fiscalizatória sobre a União e sobre as entidades da administração direta e indireta.
- 79** No caso de o presidente da República, na vigência do mandato, praticar crime comum não relacionado às funções do cargo, sua responsabilização perante o Supremo Tribunal Federal estará condicionada à admissibilidade da acusação por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.
-

Acerca das disposições constitucionais sobre a ordem social, julgue os itens seguintes.

80 O Sistema Único de Saúde é organizado de forma centralizada, com direção única em cada esfera de governo.

81 O dever do Estado de prestar assistência social a quem dela necessite independe da comprovação de contribuição à seguridade social.

Acerca da organização administrativa da União, da organização e da responsabilidade civil do Estado, bem como do exercício do poder de polícia administrativa, julgue os itens que se seguem.

82 Situação hipotética: Considere que uma pessoa jurídica de direito público tenha sido responsabilizada pelo dano causado a terceiros por um dos seus servidores públicos.

Assertiva: Nessa situação, o direito de regresso poderá ser exercido contra esse servidor ainda que não seja comprovada a ocorrência de dolo ou culpa.

83 A edição de ato normativo constitui exemplo do exercício do poder de polícia pela administração pública.

84 A repartição do poder estatal em funções — legislativa, executiva e jurisdicional — não descaracteriza a sua unicidade e indivisibilidade.

Uma autarquia federal, desejando comprar um bem imóvel — não enquadrado nas hipóteses em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível — com valor de contratação estimado em R\$ 50.000,00, efetuou licitação na modalidade concorrência.

Considerando a situação descrita, julgue os itens a seguir, acerca da organização administrativa da União, das licitações e contratos administrativos e do disposto na Lei n.º 8.112/1990.

- 85** Em virtude do valor de contratação estimado, se cumpridas as exigências legais, seria permitida a realização da licitação sob a modalidade convite.
- 86** É prerrogativa da referida autarquia, que certamente foi criada por meio de lei específica, a impenhorabilidade dos seus bens.
- 87** Servidor público efetivo da referida autarquia federal que, no curso do processo licitatório, recusasse fé a documento público regularmente apresentado por um dos licitantes não estaria sujeito a sanção administrativa prevista na Lei n.º 8.112/1990, uma vez que servidores de autarquias submetem-se a regime jurídico próprio.
- 88** Os requisitos para a realização da referida compra incluem a adequada caracterização do seu objeto e a indicação dos recursos orçamentários para o seu pagamento.
-

Em relação aos serviços públicos e ao disposto na Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens seguintes.

- 89** A investidura em cargo público em comissão ocorre com a nomeação e independe de prévia habilitação em concurso público.
- 90** Os servidores contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público e os empregados públicos classificam-se, em virtude da ausência de estabilidade, como servidores temporários.
- 91** A classificação de determinado serviço público como singular pressupõe a individualização de seus destinatários, propiciando a medição da utilização individual direta do serviço público prestado.
- 92** A efetiva prestação de um serviço público e a obrigatoriedade de procedimento licitatório prévio são características comuns ao regime de concessão e ao de permissão de serviços públicos.

Citado em ação declaratória de paternidade, o réu procurou a DP e comprovou preencher os requisitos para ser atendido. Na sentença, os pedidos do autor foram julgados improcedentes.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, considerando que foi observado o devido processo legal.

- 93** O autor não será condenado a pagar honorários advocatícios, pois estes não são devidos em favor da DP.
- 94** A contestação apresentada pelo defensor teve de ser acompanhada de procuração outorgada pelo réu.
- 95** O defensor público pôde usufruir de prazos em dobro para falar nos autos.
-

A respeito do mandado de segurança, da ação civil pública e da execução fiscal, julgue os itens que se seguem.

- 96** É cabível a impetração de mandado de segurança enquanto pendente recurso administrativo dotado de efeito suspensivo contra ato qualificado como ilegal.
- 97** A DP não tem legitimidade para propor ação civil pública.
- 98** O Ministério Público atuará, obrigatoriamente, como fiscal da lei nas ações civis públicas em que não for parte e, em se tratando de mandados de segurança, deverá ser intimado pelo juízo para exarar parecer.
- 99** A dívida ativa da fazenda pública diz respeito tanto às dívidas tributárias quanto às não tributárias e abrange correção monetária, juros e multa de mora, além de outros encargos que estejam previstos em lei ou contrato.
- 100** É incabível mandado de segurança contra ato de gestão comercial praticado por administrador de concessionária de serviços públicos.

Espaço livre

Acerca dos juizados especiais cíveis comuns e federais, julgue os itens seguintes.

- 101** Para evitar dano de difícil reparação, é permitido ao juiz deferir, de ofício ou a requerimento das partes, medidas cautelares no curso dos processos em trâmite nos juizados especiais federais cíveis.
- 102** Compete ao juizado especial federal cível processar, conciliar e julgar ações populares e mandados de segurança que impugnem atos de autoridades federais, se os valores das causas forem inferiores a sessenta salários mínimos.
- 103** Nos juizados especiais federais cíveis, não há reexame necessário nem prazos diferenciados, em relação ao particular, para a fazenda pública.
- 104** Nos juizados especiais cíveis, em razão de o processo seguir critérios de oralidade, economia processual e celeridade, é inaplicável o princípio do duplo grau de jurisdição.

Espaço livre

A respeito da conceituação, dos princípios e das disposições constitucionais acerca da seguridade social, julgue os seguintes itens.

- 105** O princípio constitucional da universalidade da cobertura e do atendimento implica no entendimento de que o Estado deve prover, por meio da seguridade social, gratuitamente e independentemente de contribuição, assistência social, saúde e previdência a todos que necessitam desses benefícios e serviços.
- 106** O servidor público federal filiado ao regime próprio de previdência social que passar a exercer atividade remunerada em empresa privada será considerado segurado obrigatório do regime geral de previdência social.
- 107** A assistência à saúde deve ser exercida pelo poder público por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo admitida a participação da iniciativa privada de forma complementar, desde que esse serviço seja prestado por entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

Espaço livre

Maria foi contratada como empregada da empresa Souza & Silva Ltda. Após três anos e dois meses de trabalho, ela foi vítima de acidente de trânsito que lhe provocou fraturas expostas em membro inferior. Em virtude dessa ocorrência, Maria ficou incapacitada temporariamente para o trabalho. Após um ano e oito meses de afastamento do trabalho, peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) constataram que Maria, apesar de se encontrar apta ao trabalho, possuía sequelas provenientes do acidente que reduziam a sua capacidade para a atividade que exercia habitualmente.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 108** A partir do momento em que Maria for considerada apta a retornar ao trabalho, o INSS deve cessar o pagamento do auxílio-doença e conceder-lhe o benefício auxílio-acidente.
- 109** Ao retornar ao trabalho, Maria fará jus a uma renda equivalente a 50% valor do salário-de-benefício, a ser paga pelo INSS, independentemente do salário pago a ela pela empresa Souza & Silva Ltda.
- 110** Dada a incapacidade de Maria para o trabalho, a empresa Souza & Silva Ltda. esteve desobrigada de pagar seu salário a partir do acidente, data em que se iniciou o dever do INSS de pagar-lhe o benefício previdenciário.
-

No que se refere aos benefícios previdenciários regulamentados pela Lei n.º 8.213/1991, julgue os itens subsequentes.

- 111** É admissível a aposentadoria especial ao segurado que detém apenas quinze anos de contribuição previdenciária, desde que tenha trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e tenha cumprido o período de carência exigido.
- 112** O salário-família devido ao segurado empregado é pago pelo empregador, enquanto o salário-família devido ao segurado contribuinte individual é pago pelo INSS.
- 113** O auxílio-reclusão é um benefício devido ao segurado da previdência que, recolhido à prisão, fica impossibilitado de prover o seu próprio sustento e o de sua família.
- 114** É admissível a cumulação de pensão por morte com aposentadoria por tempo de contribuição.

Espaço livre

No que se refere ao financiamento da seguridade social, julgue os itens a seguir.

- 115** Em caso de eventual déficit entre os valores arrecadados e os valores pagos a título de benefício previdenciário, o INSS poderá suspender temporariamente o pagamento dos benefícios aos segurados, até que arrecade valor suficiente para efetuar tal pagamento.
- 116** Lei que aprovar a majoração de contribuição previdenciária para efeito de custeio de benefício ou serviço da seguridade social só poderá ser aplicada após decorridos noventa dias da data da sua publicação.
- 117** O deputado estadual que não tem vínculo com regime próprio de previdência social é considerado segurado obrigatório do regime geral de previdência social, e, nessa condição, está obrigado a contribuir para esse regime de previdência.
- 118** A contribuição do segurado empregado é feita de forma isonômica, sendo vedada a distinção de alíquotas ou valores de contribuição em decorrência de salários diferenciados.
- 119** Segundo a legislação vigente, deve haver incidência de contribuição previdenciária sobre importância recebida a título de incentivo a demissão voluntária e abono de férias.
-

João, aproveitando-se de distração de Marcos, juiz de direito, subtraiu para si uma sacola de roupas usadas a ele pertencentes. Marcos pretendia doá-las a instituição de caridade. João foi perseguido e preso em flagrante delito por policiais que presenciaram o ato. Instaurado e concluído o inquérito policial, o Ministério Público não ofereceu denúncia nem praticou qualquer ato no prazo legal.

Considerando a situação hipotética descrita, julgue os itens a seguir.

- 120** Em razão da omissão do Ministério Público, a vítima poderá oferecer ação privada subsidiária da pública.
- 121** O fato de a vítima ser juiz de direito demonstra maior reprovabilidade da conduta de João, o que impede o reconhecimento do princípio da insignificância.
- 122** O prazo previsto para que a autoridade policial comunique a prisão de João ao juiz competente é de cinco dias.
- 123** A autoridade policial poderá conceder a fiança a João, independentemente de autorização do Poder Judiciário.
- 124** O juiz, vítima do fato, poderá officiar como juiz da causa no processo criminal eventualmente instaurado para a sua apuração.
-

Acerca do processo penal militar, julgue os seguintes itens.

- 125** A competência para a apuração de crime militar será determinada, em regra, pelo local da infração e, no caso de tentativa de crime, pelo local de residência ou domicílio do acusado.
- 126** No âmbito das Forças Armadas, compete à Polícia Judiciária Militar o exercício das funções de polícia judiciária, de polícia investigativa e de polícia de segurança.
- 127** O objeto do inquérito policial militar é a apuração sumária de fato que configure crime militar, bem como de sua autoria. Se ficar evidenciado que a infração penal cometida não configura crime militar, o encarregado do inquérito deverá comunicar o fato à autoridade policial competente.
- 128** A ação penal militar é pública e somente o Ministério Público Militar poderá promover a denúncia, devendo demonstrar provas da materialidade e indícios da autoria delitiva, sob pena de inadmissão.

Recebida a denúncia por crime de estelionato, o juiz determinou a citação do acusado para apresentar resposta à acusação. O oficial de justiça compareceu ao endereço informado pelo Ministério Público, mas não encontrou o acusado para ser citado.

Considerando a situação apresentada, julgue os itens que se seguem.

- 129** Caso não seja mesmo encontrado, o acusado deverá ser citado por edital, que será fixado à porta do edifício onde funciona o juízo e publicado na imprensa.
- 130** Se o acusado estiver se ocultando para não ser citado, será cabível sua citação com hora certa.
-

A respeito da sentença condenatória e dos atos jurisdicionais, julgue os próximos itens.

- 131** Havendo fundada dúvida sobre a ocorrência de legítima defesa, o juiz deverá absolver o réu, determinando sua soltura, caso esteja preso.
- 132** Na sentença penal condenatória, o juiz deverá fixar o valor máximo para a reparação dos danos, considerando os prejuízos causados ao ofendido em razão da infração.
- 133** Em se tratando de crime de ação penal pública, o Ministério Público, ao final da instrução probatória, se convencido da inocência do acusado, poderá pedir a sua absolvição e, nesse caso, o juiz ficará vinculado ao pedido do *parquet*.
- 134** Após o pronunciamento de sentença penal condenatória, o réu que esteja solto será imediatamente recolhido à prisão.
- 135** A intimação da sentença será realizada pessoalmente se o réu estiver preso.

Militar do Exército brasileiro cometeu crime de furto dentro de sua unidade. Consumado o delito, o comandante do batalhão determinou a instauração de inquérito policial militar, a fim de apurar o fato e a sua autoria.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 136** Na hipótese de o indiciado ser oficial do Exército e estar na situação de inatividade, a autoridade policial militar poderá delegar um oficial da ativa do mesmo posto do indiciado para ser o encarregado do inquérito policial militar, observado o critério de antiguidade.
- 137** Se o indiciado for um cabo, a autoridade policial militar poderá nomear um oficial da ativa de qualquer posto superior ao de cabo como encarregado do inquérito policial militar.
-

Julgue os seguintes itens, relativos ao inquérito policial militar, à ação penal militar e à suspeição.

- 138** O prazo para a conclusão de inquérito policial militar é de vinte dias, se o indiciado estiver preso, e de quarenta dias, se estiver solto. É possível a prorrogação do segundo prazo por vinte dias, ou mais tempo, depois de ouvido o Ministério Público.
- 139** Conforme dispõe o Código de Processo Penal Militar (CPPM), a ação penal militar pública pode ser condicionada à representação, também chamada de requisição, que, uma vez recebida pelo Ministério Público, nos casos de crimes contra país estrangeiro, é irretratável.
- 140** Major do Exército membro do Conselho Permanente de Justiça que tenha sido injuriado de propósito pelo réu deverá declarar-se suspeito.
- 141** Diferentemente do inquérito policial civil, o inquérito policial militar é um procedimento sigiloso, razão por que o advogado do indiciado não tem acesso ao inquérito nem aos elementos de provas em andamento.
-

Julgue os próximos itens, relativos à denúncia no direito processual militar e à competência da justiça militar federal.

142 Situação hipotética: Um capitão-de-corveta que serve em unidade sediada em Porto Alegre praticou crime militar na Argentina, durante exercício militar. **Assertiva:** Nessa situação, de acordo com o CPPM, o crime deverá ser processado na Auditoria da capital federal, sediada em Brasília – DF.

143 Situação hipotética: Militares do Exército, em concurso, praticaram quatro crimes: um na Circunscrição Judiciária Militar (CJM) em Brasília – DF, dois na CJM em São Paulo – SP, e um na CJM em Belém – PA. A pena prevista para um dos crimes praticados na CJM paulista é a grave. Durante a instrução, foi concedido *habeas corpus* que trancou a ação penal relativa a esse crime. **Assertiva:** Nessa situação, a competência do juízo da CJM de São Paulo – SP continua inalterada para o julgamento dos demais ilícitos.

144 Em se tratando de processo penal militar, o prazo para oferecimento da denúncia é improrrogável se o denunciado estiver solto, podendo ser triplicado, se estiver preso.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao processo ordinário, ao processo especial e à correição parcial.

145 O prazo para requerer a correição parcial na 1.^a instância é de quinze dias, contado da data da intimação da sentença.

146 Em tempo de paz, os delitos de deserção e insubmissão, o *habeas corpus*, a restauração de autos, as ações de competência originária do Superior Tribunal Militar e a correição parcial são processados mediante procedimento especial.

Acerca das nulidades e dos recursos no direito processual penal militar, julgue os itens que se seguem.

- 147** Da sentença definitiva de condenação do réu cabe apelação no prazo de cinco dias, contados da data de intimação da sentença. As razões devem ser apresentadas em dez dias e as contrarrazões, em três dias.
- 148** A preterição dos termos do sorteio e compromisso dos juízes militares é causa de nulidade relativa.
- 149** Configura-se nulidade do processo caso a sentença proferida pelo Conselho de Justiça tenha se embasado, por maioria, em voto de juiz irregularmente impedido.
- 150** Em se tratando de acórdão unânime, os únicos embargos cabíveis são os de declaração.

Espaço livre
